

Eixo 1: Administração e Gestão

**DEZ ANOS DE PRÁTICAS DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO:
UM OLHAR CRÍTICO E RETROSPECTIVO**

*Fábio Rodrigo Pinheiro da Silva, Caio Henrique Santos Lopes, Euler Santos de Sousa

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Serviço de Informações ao Cidadão
fabiorks@unicamp.br*

Introdução: O acesso à informação no Brasil ganhou robustez com a Lei Federal nº 12.527/2011, sendo que, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) foi instaurado em 2013. A ampliação de suas competências ocorreu em 2016 e, em 2022, a política de transparência da universidade foi formalizada. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é analisar a evolução, as conquistas e os desafios do SIC-Unicamp desde sua criação. **Metodologia:** A metodologia empregada inclui análises retrospectivas baseadas em documentação institucional. **Resultados:** Os resultados mostram uma significativa evolução do SIC, que começou com apenas dois funcionários, em um espaço reduzido, desempenhando um conjunto mínimo de atividades, e agora conta com uma equipe maior, ocupa a totalidade de um prédio e assumiu novas responsabilidades, incluindo a gestão de conteúdo de portais e o atendimento exclusivamente em formato digital. Os indicadores também corroboram essa evolução, já que o número de atendimentos cresceu de 139 em 2013 para 41.519 em 2023. **Conclusão:** A conclusão é que a Deliberação CAD A-004/2022, enquanto política institucional de transparência, consolida o SIC-Unicamp como o organismo responsável pela democratização do acesso à informação, contribuindo com uma gestão universitária mais aberta e participativa.

Palavras-Chave: Serviço de informações ao cidadão. UNICAMP. Acesso à Informação. Trajetória. Política de transparência.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1. Brasília, DF, Edição Extra. p. 1-4, 18 nov. 2011. PL 219/2003.

CRUZ, B. A. B. Lei de acesso à informação como mecanismo de controle social sobre políticas públicas e combate à corrupção. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COMISSÁRIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO, 2., 2022, Brasília. **Anais...** Brasília: CGU, 2022. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/471. Acesso em: 13 out. 2022.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Política de informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.2, n.1, mar. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86081>. Acesso em: 13 out. 2022.

SEABRA, S.N.; CAPANEMA, R. O.; FIGUEIREDO, R. A. **Lei de Acesso à Informação: uma análise dos fatores de sucesso da experiência do Poder Executivo Federal**. Brasília, DF: CGU, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/composicao/ministro/artigos/artigos-de-outros-dirigentes/artigo_201307_seabra-capanema-figueiredo_revistaadministracaomunicipal.pdf. Acesso em 13 out. 2022.

SOUSA, P. L. **A implementação da Lei de Acesso à Informação no Ministério do Planejamento: a atuação do Serviço de Informações ao Cidadão**. Brasília, 2016. Orientador: Roberto Rocha C. Pires. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gestão Pública) – ENAP Escola Nacional de Administração Pública. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1869/1/Patricia_TCC_EGP9.pdf. Acesso em 13 out. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Gabinete do Reitor. Deliberação CAD-A-004/2022, de 07/06/2022, de 07 de junho de 2022. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para atendimento à Lei de Acesso à Informação, o Portal da Transparência e o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.Campinas: Gabinete do Reitor, 2022. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/31284/0>. Acesso em: 30 set. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Gabinete do Reitor. Resolução nº 46/2013, de 07 de agosto de 2013. Dispõe sobre a instalação do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC-Unicamp. Campinas: Gabinete do Reitor, 2013. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/resolucoes.php?ano=2013&pagina=2>. Acesso em: 30 set. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Gabinete do Reitor. Resolução nº 09/2016, de 05 de abril de 2016. Regulamenta, no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), os procedimentos a serem observados pelas unidades e órgãos em atendimento à Lei Federal nº 12.527, 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações. Campinas: Gabinete do Reitor, 2016. Disponível em: <https://www.pg.unicamp.br/norma/3960/0>. Acesso em: 30 set. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Anuário Estatístico 2024**. Campinas: Unicamp, 2024. Disponível em: <https://aeplan.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/5/2024/05/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.